

Ata da Reunião do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária-CNES
Brasília/DF, 16 e 17 de dezembro de 2024

1 Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, sob a coordenação
2 do Secretário Nacional de Economia Solidária Gilberto Carvalho, teve início a Reunião do Conselho
3 Nacional de Economia Solidária. Participaram da reunião os conselheiros e convidados: Gilberto
4 Carvalho, Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária; Fernando Zamban, Diretor de
5 Parcerias e Fomento da SENAES; Marta Fulcar, Chefe de Gabinete da SENAES; Renata Studart,
6 Diretora de Projetos da SENAES; Vanderlucia Simplicio, Coordenadora Geral de Projetos da
7 SENAES; Ary Pereira, Coordenador Geral de Parcerias e Fomento da SENAES; Iracema Moura,
8 Coordenadora da SENAES; Chico Oliveira, Assessor da SENAES; Alfredo Jairo dos Santos, da Rede
9 de Gestores de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Arildo Mota Lopes, da União e
10 Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil UNISOL; Gisleide
11 do Carmo Oliveira Carneiro, do FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, do FBES; Maria Helena
12 Mendes Pinheiro, do FBES; Geni Rosangela Dias, do FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, do FBES;
13 Abilene Pereira de Brito, do FBES; Tatiane Nascimento Conceição Valente, do FBES; Janiléia Alves
14 dos Santos Silva, do FBES; Vicente Raimundo de Almeida Neves, do Grupo de Trabalho da Amazônia
15 GTA; Sandro Benedito Sguarezi, da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o
16 Trabalho UNITRABALHO; Marcela Machado Vieira, da Cáritas Brasileira; Rosemary Gomes, da
17 FACES do Brasil – Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário; Daniel Seidel, da Pastoral
18 Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB; e Admirson Medeiros Ferro Júnior, da
19 Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores; Dora Sugimoto-
20 Secretaria Geral da Presidência da República; Eduardo Dalbosco Ministério do Desenvolvimento e
21 Assistência Social Família e Combate à Fome; Etiane Araldi da Rede de Incubadores tecnológicas de
22 Cooperativas Populares; Máira Lima Figueredo do UNICAFES; Walmir Mendes Dettman do Fórum
23 Macro-sudeste; João Nicanildo Bastos dos Santos do Ministério da Agricultura e Pecuária; Milena
24 Prado do DIEESE; Wagner F. Cesario da Senaes; Antônio Haroldo da CEA; Marcos A. Souza do
25 DIEESE; Diogo Antures da SENAES; Carlos Grana do DIEESE; Kamila Araújo da SENAES; Adriana
26 M. Brandão da SENAES, Priscilla Coelho da OCB, Mara de Castro da Rede Gestores Contagem Minas
27 Gerais, Eder Ramos da SENAES, Marco Antônio B. Alves da SENAES, Adenilce H. A. Silva da
28 Cáritas, José Paulo C. Ferreira da SETRE Bahia, Yasmin Krisciane de Avillar Barros do Banco do
29 Brasil S/A, Ana Catarina Meireles da SENAES, Vera Denise Santana do Coletivo Caiçaras São
30 Sebastião e Eugenio Soares de Maricá-CODEMAR. Após as devidas apresentações, compuseram a
31 mesa de abertura o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o Secretário Nacional
32 de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho, e a representante dos empreendimentos de Belém
33 do Pará, Abilene Pereira que manifestou sua gratidão pela oportunidade de representar os
34 empreendimentos de economia solidária e destacou a importância da reflexão coletiva sobre os
35 desafios e avanços do setor. Na sequência foi chamado para compor a mesa o Sr. Arildo Mota que
36 saudou os presentes, reconhecendo os avanços conquistados, mas enfatizando a necessidade de
37 aperfeiçoar legislações, especialmente no que tange à Lei das Cooperativas de Trabalho, e solicitou
38 incremento de recursos à Secretaria de Economia Solidária. O Sr. Carlos Alencastro reiterou a
39 conquista da aprovação da legislação da economia solidária, defendendo a continuidade das conquistas
40 com foco na tramitação da PEC para tornar a economia solidária um princípio econômico
41 constitucional. A Sra. Tatiana Souza, assessora especial da Secretaria-Geral da Presidência da
42 República, reforçou o compromisso em buscar aumento orçamentário para a execução das políticas
43 públicas de economia solidária, destacando a relevância da atuação feminina no setor. O Secretário
44 Gilberto Carvalho expressou sua satisfação com a sanção da nova lei da economia solidária,
45 ressaltando a importância de sensibilizar o Presidente da República sobre a magnitude do setor. O
46 **Ministro Luiz Marinho**, em sua fala, destacou a relevância do fortalecimento da economia solidária
47 como modelo econômico e enfatizou a necessidade de persistência e trabalho contínuo para superar

48 desafios orçamentários e políticos. O Ministro Luiz Marinho inicia sua fala saudando os presentes e
49 expressando alegria pela recuperação do Presidente Lula. Ele enfatiza a importância da fé e da crença
50 na recuperação do presidente, reconhecendo o trabalho da ciência, mas também atribuindo a melhora
51 à "mão divina". Em seguida, o Ministro aborda as dificuldades enfrentadas, especialmente no âmbito
52 orçamentário, que às vezes geram desânimo. Contudo, ressalta a importância de seguir lutando e
53 buscando razões para continuar citando Dona Lindu e um conselho dado ao Presidente Lula em 2002:
54 fazer o possível todos os dias. O Ministro relembra a trajetória da Unisol e os desafios superados,
55 incentivando a persistência e a teimosia, como a de Paul Singer, representada por Gilberto. Ele
56 compara a situação atual com o período do governo Dilma, reconhecendo as críticas da época, mas
57 enfatizando que a situação atual é melhor, reforçando a necessidade de "reclamar menos e fazer mais".
58 Ele aborda a conjuntura atual, criticando o arcabouço fiscal, mas reconhecendo sua necessidade de
59 aprovação. Apela para que os presentes dialoguem com deputados para pressioná-los pela aprovação.
60 O Ministro também fala sobre a importância de planejar as eleições de 2026, incluindo a reeleição de
61 Lula e a eleição de um congresso mais alinhado com os objetivos do governo, alertando para a
62 estratégia da extrema-direita. O Ministro destaca a importância da presença das "utopias" nos debates
63 sobre o mundo do trabalho e, em especial, sobre a economia solidária. Ele expressa o desejo de que a
64 economia solidária seja reconhecida como um modelo econômico, representando uma parcela
65 significativa do PIB brasileiro, e não apenas como um movimento assistencialista. Ele relembra que,
66 antes de o governo apoiar a economia solidária, o movimento seguia adiante com seus próprios
67 esforços. Agora, com o governo Lula, há a oportunidade de reivindicar recursos e apoio estratégico, o
68 que exige insistência e persistência. O Ministro critica a especulação criminosa contra a economia
69 brasileira e o Presidente Lula, orquestrada pelo Banco Central, pela "turma da Faria Lima" e pela elite,
70 que visam prejudicar o governo e influenciar as eleições de 2026. Ele lamenta a falta de mobilização
71 social para responder a essa situação. Por fim, o Ministro conclui sua fala incentivando os presentes a
72 fazerem o possível todos os dias, refletindo sobre suas ações e buscando fazer sempre um pouco mais.
73 Ele encerra com uma mensagem de ânimo e união. **Gilberto Carvalho** agradeceu a presença do
74 Ministro Marinho e reconheceu sua contribuição para a análise da conjuntura, além de destacarem o
75 bom relacionamento entre os secretários do Ministério. Foi realizada uma foto com o Ministro e
76 celebraram o Dia da Economia Solidária (15 de dezembro). Em seguida, a pauta do dia foi apresentada
77 por Gilberto Carvalho: Discussão sobre a conjuntura da Economia Solidária e o contexto da nova lei.
78 Avaliação das ações realizadas em 2024 e projeções para 2025. Informes gerais e encaminhamentos.
79 Logo após foi informado cronograma detalhado: Primeiro dia: Discussão da pauta pela manhã, almoço
80 no local, continuação da discussão às 14h30, intervalo e partilha de ações das Senaes às 16h,
81 encerramento às 18h. Segundo dia: Cadastro da Economia Solidária- Cadsol (9h), Observatório
82 Nacional de Economia Solidária, instalação e reunião dos comitês temáticos, almoço, apresentação
83 sobre os comitês, informes e encaminhamentos, intervalo (16h30) e encerramento com o Ministro
84 Márcio Macedo (17h). Gilberto informou sobre o cancelamento do ato com o Presidente Lula: O ato
85 no Palácio do Planalto foi cancelado devido à saúde do presidente, mas a primeira reunião do Conselho
86 Nacional com Lula foi remarcada para o início de fevereiro, com a presença de conselheiros, militantes
87 e representantes das redes. Apresentação de novos participantes: Lise (Banco do Brasil) e Diogo (já
88 apresentado). Citou a inclusão de novas pautas para debate: Avaliação da ação do Conselho e sua
89 relação com as políticas públicas. Discussão sobre o edital 10 de 2024, proposta para iniciar amanhã
90 ou ainda hoje. Discussão sobre o ProNIC, já previsto nos informes e na partilha das ações. **Alfredo**
91 **Jairo** representando a Rede de Gestores, foi o primeiro a tomar a palavra destacou a relevância do
92 Festival Nordeste de Economia Solidária, programado para fevereiro próximo na Bahia. Ele
93 enfatizou o impacto esperado do evento, estendendo um convite ao Conselho Nacional de Economia
94 Solidária para participar ativamente da iniciativa. Sua fala foi recebida com atenção e reforçada por
95 um pedido do mediador para que o festival fosse incluído como destaque na pauta do encontro. Em
96 seguida, a palavra foi concedida a **Luizinho**, assessor parlamentar do Ministério do Trabalho, que
97 abordou com profundidade o longo percurso de tramitação da Lei da Economia Solidária. Ele detalhou

os desafios enfrentados desde a apresentação do projeto original, em 2012, até sua aprovação em 2024, destacando o papel central da Frente Mista Parlamentar de Economia Solidária e de diversos parlamentares aliados. Luizinho lembrou as tensões ideológicas que marcaram a tramitação, especialmente diante da oposição de setores conservadores que rotularam o projeto como "anticapitalista". Com entusiasmo, Luizinho compartilhou o momento da votação final na Câmara, realizada em novembro de 2024, que culminou com a aprovação do projeto por **239 votos a favor e 127 contrários**. Ele descreveu o esforço coletivo que envolveu líderes partidários, técnicos do Ministério e ativistas de movimentos sociais, enaltecendo a mobilização intensa que permitiu superar barreiras e assegurar esse avanço histórico. Em meio a aplausos, **Gilberto Carvalho** agradeceu a dedicação de Luizinho e Berg, reconhecendo o papel decisivo de ambos para o êxito na tramitação da lei. A fala foi seguida por uma reflexão sobre os próximos desafios, incluindo a regulamentação da lei, que exigirá novos esforços e articulações políticas. Na sequência, os participantes recordaram as contribuições de diversos parlamentares ao longo dos anos, incluindo Jacques Wagner, autor da PEC que busca inserir a Economia Solidária no capítulo da economia da Constituição; Maria do Rosário, relatora do projeto na Câmara; Paulo Teixeira, um dos principais articuladores; e Carlos Veras, atual presidente da Frente Parlamentar Mista. De posse da palavra **Tatiana Nascimento** dirigindo-se a todos para enfatizar a importância da construção coletiva que levou à aprovação da Lei da Economia Solidária. Ele começou recordando os 12 anos de luta intensa e como o movimento de economia solidária desempenhou um papel crucial desde o início. Ela destacou as alianças formadas ao longo do tempo. "Não existiam Unicopas como hoje, mas as articulações entre Unisol, Unicafes e o Fórum Brasileiro foram fundamentais para dar a base necessária ao projeto", afirmou. Tatiana reconheceu que o processo enfrentou desafios ideológicos desde o início, com setores conservadores rotulando a proposta como um projeto "comunista". Contudo, foi enfática em valorizar o esforço coletivo que superou essas barreiras, mencionando nomes como Léo Pinho, Chicão e Daniel Hecke, que, segundo ela, foram incansáveis na mobilização dentro do Senado e da Câmara. Ela ainda mencionou a criação de uma Frente Parlamentar de Economia Solidária, que reuniu apoio de parlamentares de diversas orientações políticas. "Foi uma frente pluripartidária, e isso fez toda a diferença. Conseguimos a adesão de parlamentares de centro-direita, algo essencial para alcançar a votação histórica que tivemos." Em sua fala, Tatiana também destacou o papel da Unicopas e os conflitos com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). "Houve momentos difíceis, com debates intensos sobre inclusão e representatividade. Mas, no final, entendemos que o projeto precisava ser aprovado, mesmo com concessões." A fala de Tatiana concluiu com uma reflexão sobre o impacto histórico da nova lei. Apesar de reconhecer que a versão final não contemplou todos os desejos do movimento, ela afirmou com convicção: "Essa lei é um marco. Depois de mais de 20 anos de luta, ela reconhece a existência da economia solidária no Brasil. É um passo gigantesco para nós." Outros participantes, como **Arildo**, contribuíram com memórias que enriqueceram o debate. Arildo lembrou que as primeiras discussões sobre o projeto ocorreram em ambientes informais, como um bar na Consolação, e ressaltou a importância de registrar essas histórias para que não se percam. "A história precisa ser contada e escrita, ou será esquecida", afirmou. Lembrou a contribuição de Vera Machado, Fábio Sanches e Paulo Teixeira para a construção da Lei. Reconheceu o diálogo com a OCB e o papel das negociações, apesar dos desafios com figuras como Ana Amélia. Enfatizou a importância da construção coletiva e a inclusão da Unicopas e da OCB na lei, reconhecendo o valor de todas as entidades e movimentos envolvidos. Paul Beck compartilhou sua experiência como servidor do Ministério do Trabalho e seu desejo de contribuir com a Secretaria de Economia Solidária. Relatou sua participação no projeto de lei desde 2017, quando sugeriu uma emenda à deputada Maria do Rosário, substituindo "gênero" por "dignidade da pessoa humana", facilitando o consenso. Destacou o caráter coletivo do projeto, construído com a contribuição de diversas mãos e ideias. O grupo aplaudiu de pé Luizinho e Berg, reconhecendo o papel de ambos na articulação política que tornou possível a aprovação da lei. O momento marcou uma celebração, mas também um lembrete de que os desafios da regulamentação ainda estão por vir. Com o fechamento dessa parte da reunião, o mediador convidou Maíra a apresentar

148 uma análise detalhada da estrutura e do conteúdo da lei, para que todos estivessem alinhados sobre os
149 próximos passos a serem enfrentados juntos. Gilberto Carvalho agradeceu aos participantes Luizinho
150 e Berg pelo papel crucial na tramitação da lei. Propôs ao Conselho o envio de uma carta oficial às
151 bancadas que apoiaram a aprovação da lei. Alerta sobre o próximo passo: a regulamentação da lei, que
152 enfrentará novos desafios políticos e técnicos. Logo após Gilberto Carvalho passou a palavra para a
153 **Maíra** que destacou os avanços trazidos pela aprovação da Lei 6606/2019 da Economia Solidária. Ela
154 começou agradecendo a oportunidade de dialogar com os participantes e explicou as mudanças feitas
155 ao longo do tempo, mencionando a colaboração de especialistas como Daniel Heck. Apesar de alguns
156 desafios logísticos, Maíra apresentou os principais pontos da lei, que formaliza a economia solidária
157 na legislação brasileira, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e define diretrizes, princípios
158 e objetivos claros para sua implementação. Ela ressaltou a conquista da institucionalidade para o
159 Conselho e a Conferência Nacional de Economia Solidária, que agora têm respaldo legal. Outro
160 destaque foi o reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários como organizações
161 econômicas sem fins lucrativos, com regulamentação prevista para detalhar essa definição. De posse
162 da palavra **Carlos Veras**, deputado e presidente da Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária,
163 também discursou. Ele celebrou a aprovação da lei como resultado de uma luta coletiva entre o
164 Parlamento, o governo e a sociedade civil. Apesar do cancelamento do ato de sanção no Palácio do
165 Planalto devido à saúde do presidente Lula, Carlos enfatizou que a lei representa um marco de
166 institucionalização e valorização da economia solidária no Brasil. Ele comprometeu-se a trabalhar na
167 regulamentação da lei e nos projetos futuros, como a PEC do senador Jacques Wagner que busca
168 acesso ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Em seguida Tatiana e outros conselheiros
169 trouxeram à memória as contribuições de companheiros e figuras-chave que participaram da
170 construção da lei ao longo dos anos, ressaltando a necessidade de registrar e valorizar essa história
171 coletiva. A fala final reafirmou o compromisso com a regulamentação e a continuidade do
172 fortalecimento da economia solidária no Brasil. Logo após **Fernando Zamban** destacou que a
173 aprovação da Lei da Economia Solidária é resultado de uma construção coletiva que envolveu o
174 Parlamento, a sociedade civil e o governo. Ele enfatizou quatro pontos centrais da lei que guiarão os
175 debates para sua regulamentação. Primeiramente, a criação do Sistema Nacional de Economia
176 Solidária foi apontada como um marco, pois estabelece diretrizes claras para a implementação da
177 política em governos estaduais e municipais, eliminando subjetividades. Em segundo lugar, a Política
178 Nacional de Economia Solidária agora possui diretrizes, objetivos e definições legais, promovendo
179 maior uniformidade na execução. Fernando também mencionou o fortalecimento do Cadastro
180 Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, que agora tem base legal para reconhecer
181 formalmente esses empreendimentos. Ele ressaltou o desafio enfrentado por Chiquinho e Diogo na
182 reestruturação do Cadastro e no fortalecimento do Conselho. O quarto ponto abordado foi a inclusão
183 de uma nova personalidade jurídica, os Empreendimentos Econômicos Solidários, no Código Civil.
184 Ele reconheceu as resistências encontradas, tanto internas quanto externas, e o trabalho de bastidores
185 para convencer os ministérios da necessidade dessa inclusão. A medida é essencial para formalizar os
186 empreendimentos que enfrentam dificuldades de enquadramento como associações ou cooperativas.
187 Fernando também destacou que as respostas dos ministérios, incluindo a AGU, indicam que a sanção
188 integral da lei será recomendada, sem vetos previstos. Ele apontou que a sanção pode ocorrer no Diário
189 Oficial ou em um ato formal, mas enfatizou que o mais importante é celebrar essa vitória histórica,
190 mesmo que a lei não seja ideal. Encerrando, Fernando chamou atenção para a necessidade de construir
191 narrativas convincentes sobre a nova legislação, especialmente para estados e municípios, onde
192 resistências ainda podem surgir. Ele reforçou que, apesar dos desafios, a lei representa um avanço
193 significativo e merece ser comemorada como uma conquista histórica para a economia solidária no
194 Brasil. **Gilberto Carvalho** iniciou sua fala destacando a importância de garantir que o Presidente Lula
195 sancione a Lei da Economia Solidária antes do prazo final, aproveitando a ocasião para mencioná-la
196 em seu discurso no evento de Natal dos Catadores. Ele também sugeriu a realização de um ato oficial
197 no Palácio do Planalto, reunindo representantes da economia solidária e parlamentares que apoiaram

o projeto. Na sequência Gilberto passou a palavra para **Carlos Veras** que abordou a tramitação de questões prioritárias no Congresso, destacando a pressão para aprovar dois projetos de lei e o orçamento antes do início do recesso parlamentar. Entre os temas mais críticos, ele apontou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), alvo de debates intensos devido a ajustes propostos. Ele relatou avanços políticos em questões como a permissão de múltiplos beneficiários do BPC na mesma residência e ajustes nos critérios de renda e patrimônio das famílias. Carlos destacou também a necessidade de sensibilizar o governo sobre a inclusão de condições específicas para atender pessoas com deficiências leves, mencionando exemplos pessoais para ilustrar as dificuldades enfrentadas por famílias para acessar tratamentos especializados. Além disso, ele ressaltou a luta para assegurar um ganho real no salário mínimo, mesmo diante de limitações orçamentárias. E enfatizou que o governo, sendo de coalizão, exige diálogo constante com diferentes forças políticas para garantir a aprovação das pautas prioritárias. Finalizando, Carlos expressou otimismo quanto aos progressos alcançados, mas destacou a necessidade de trabalhar até o último momento para proteger os direitos dos trabalhadores e avançar com os projetos em discussão no Congresso. Logo após **Gilberto Carvalho** abordou questões políticas e econômicas que marcaram o contexto recente, destacando dois eventos principais: a tentativa de golpe, que resultou na prisão inédita de um general no Brasil, e a pressão do mercado que forçou o governo a elaborar um pacote econômico difícil. Sobre o pacote econômico, foi destacado o papel essencial do ministro Marinho, que defendeu um equilíbrio nas medidas, evitando que os cortes recaíssem exclusivamente sobre os mais pobres. O governo conseguiu avanços, como a isenção do imposto de renda para rendas até R\$ 5.000, mas enfrentou obstáculos devido à adesão ao conceito de déficit zero no início do mandato. Essa decisão restringiu investimentos públicos, sobretudo em obras e políticas sociais, e agravou os problemas criados pelo orçamento herdado do governo anterior. Outro ponto enfatizado foi o impacto das emendas parlamentares, que consomem 24% do orçamento público, muito acima da média internacional. Esse recurso, frequentemente usado para alimentar redes políticas locais, reduz significativamente a capacidade do governo de financiar políticas públicas amplas. Como resultado, serviços essenciais, como inspeções do trabalho e programas de economia solidária, enfrentam cortes severos. A ausência de mobilização social também foi apontada como um problema crítico. Houve uma crítica à passividade dos movimentos sociais, que não têm reagido a questões como a reforma tributária e o veto ao imposto sobre grandes fortunas. Essa falta de engajamento, combinada com o uso massivo de algoritmos e fake news, torna a comunicação política um desafio central para o governo. Ele destacou que a estratégia de comunicação precisa ser repensada. Ele elogiou iniciativas como as lives de Bolsonaro, que mantinham sua base informada e engajada, e sugeriu que o presidente Lula adote uma abordagem semelhante, explicando diretamente ao povo temas como inflação, ajustes fiscais e ações do mercado. Por fim, foi sugerido que o governo adote métodos mais participativos em seus programas, citando como exemplo positivo o modelo de gestão comunitária das cisternas no Nordeste. Esse sistema, que envolve diretamente as comunidades no processo de decisão e execução, foi apresentado como uma inspiração para projetos como o "Minha Casa, Minha Vida", destacando a importância de fortalecer a participação social e a conscientização coletiva. **Admirson Medeiros (Greg)** levantou críticas à falta de articulação e diálogo estratégico entre os setores do governo, movimentos sociais e sociedade civil. Foi apontado que cada grupo atua em seu "próprio quadrado", sem uma visão integrada ou projeto estratégico coletivo. A comunicação, tanto interna quanto externa, também foi identificada como uma fraqueza, com exemplos de Assembleias de participação social ocorrendo sem amplo conhecimento ou mobilização. Além disso, foi feita uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical e as entidades da economia solidária para acessar recursos e participar de editais, após anos de desmonte durante o governo anterior. A necessidade de rever leis como a de falência foi mencionada como essencial para fortalecer o setor. A fala concluiu com um apelo para melhorar a articulação interna entre os segmentos representados no Conselho e promover um diálogo mais produtivo e estratégico no próximo ano. Houve reconhecimento de que, apesar dos desafios, o saldo final do ano é positivo, mas há muito a ser feito para avançar na institucionalização e na mobilização do movimento da economia solidária. **Alzira** destacou o papel

central da mobilização social e política a partir da realidade territorial como uma estratégia fundamental para fortalecer a economia solidária. Ela exemplificou esse processo com a atuação da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), que, ao dialogar com o governo, impulsionou a construção de cisternas no Nordeste, transformando a convivência com o semiárido e rompendo com o antigo paradigma da "indústria da seca". Essa mobilização permitiu maior autonomia e organização social no semiárido, contribuindo para a permanência da população na região e influenciando diretamente resultados políticos, como a alta votação de Lula no Nordeste. Alzira ressaltou que, para estruturar políticas sólidas de economia solidária, é essencial dialogar com experiências já estabelecidas nos territórios, como a ASA, e repensar a organização social e política. Isso inclui reconhecer o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como um sujeito mobilizador e entender que a participação social deve considerar as realidades de vida e produção das comunidades. Ela apontou que a dinâmica de trabalho atual, marcada por jornadas longas e intensas, tem gerado adoecimento, especialmente entre agricultoras, e defendeu a necessidade de pensar a economia solidária como um meio de promover o bem-viver. Por fim, Alzira enfatizou a importância de construir bases sólidas de economia solidária a partir das dinâmicas específicas de cada território e integrar o debate sobre comunicação e educação nesse contexto. Ela alertou para a influência de iniciativas como a Escola Brasil Paralelo, que afeta negativamente a percepção pública, e reforçou a necessidade de repensar a relação entre trabalho, vida e organização social para promover uma economia solidária mais alinhada às necessidades das comunidades. **Ary Moraes** começou refletindo sobre as crescentes contradições do capitalismo, destacadas por sua experiência com moradores de rua nos Estados Unidos, que comparou ao cenário de São Paulo. Ele apontou que a economia solidária, como uma proposta antagônica ao capitalismo, precisa construir indicadores alternativos, pois o modelo atual, baseado no PIB, muitas vezes promove destruição ambiental e exclusão social, como visto no caso dos Yanomamis e da mineração em seus territórios. Ary defendeu que a economia solidária deve medir impactos ambientais, econômicos e de bem-estar social para guiar suas ações. Ele ressaltou que a extrema-direita tem se apropriado do discurso "antissistema" enquanto a esquerda enfrenta dificuldades em mobilizar movimentos sociais. Ary apontou que a ausência de uma pauta unificada e a precarização do movimento sindical, agravada pelo fim do imposto sindical, enfraqueceram as bases de mobilização da esquerda. Segundo ele, é essencial construir uma agenda única para enfrentar a narrativa da extrema-direita e impulsionar a luta social. Sobre a regulamentação da economia solidária, Ary destacou a importância do *CadSol* como um marco fundamental, comparando-o à carta sindical no movimento trabalhista. Ele enfatizou que as regulamentações devem consolidar a economia solidária como uma política de Estado, protegendo-a contra possíveis retrocessos em futuros governos. Para isso, sugeriu a realização de um seminário no primeiro semestre para discutir a regulamentação da lei, os desafios e a definição clara do que caracteriza um empreendimento de economia solidária. Ary concluiu reforçando que a regulamentação sólida é indispensável para evitar que iniciativas ligadas ao agronegócio sejam erroneamente enquadradas como economia solidária, preservando os valores e objetivos do movimento. **Gisleide Carneiro** complementou as reflexões sobre a ASA (Articulação Semiárido Brasileiro), ressaltando seu papel político e mobilizador. Ele destacou como a ASA conseguiu avançar em projetos estruturantes como a "Primeira Água", "Segunda Água", e atualmente discute temas como saneamento rural, racismo ambiental e energia solar de telhado. A mobilização da ASA é um exemplo de articulação territorial e de captação de recursos, essencial para sustentar projetos e superar desafios, especialmente em períodos de adversidade. Ela observou que, para reativar a mobilização social, como a que a ASA exemplifica, é imprescindível apoio financeiro. Ressaltou a importância de captar recursos para realizar encontros, mobilizar empreendimentos e revitalizar os fóruns municipais e estaduais de economia solidária. A mobilização, segundo ele, está adormecida, mas não extinta, sendo possível despertá-la com planejamento e investimentos adequados. A fala também trouxe questionamentos levantados na conferência temática de economia popular e solidária realizada em outubro. A pergunta central, dirigida ao Gilberto e à plenária, refletia sobre como fortalecer os fóruns municipais e estaduais de economia solidária diante das eleições de 2024, como podemos através dessa conferência fortalecer

os fóruns municipais e estaduais de economia solidária no despertar da consciência de um mundo economicamente mais democrático, menos competitivo e mais solidário? **Daniel Hazor**, representando a Comissão Brasileira de Justiça e Paz e as Pastorais Sociais da CNBB, iniciou compartilhando reflexões sobre o crescimento da extrema-direita, que se articula por meio do fundamentalismo cristão, especialmente o católico. Ele destacou como figuras religiosas têm influenciado essa rede e defendeu que jogar luz sobre essas articulações é fundamental para enfraquecê-las. Mencionou a criação de um núcleo de estudo sobre democracia e fundamentalismos na UNB, convidando a colaboração de todos. Em sua fala, enfatizou que é necessário superar a visão melancólica e desanimada que muitas vezes permeia os movimentos sociais. Logo em seguida **Tatiana Nascimento** citou eventos recentes, como debates com cooperativas, que mostraram a necessidade de mudar a narrativa: os participantes não querem ser vistos como "coitados", mas como cidadãos plenos, capazes de transformação e prosperidade. Ela destacou o papel da economia solidária como um instrumento de superação e organização do trabalho. Tatiana propôs que o movimento deve se comunicar de maneira mais estratégica, alinhando suas ações às expectativas e necessidades das bases. Ressaltou a importância do Fórum Brasileiro e das superintendências como espaços essenciais para organizar políticas públicas e promover mobilizações. Concluiu pedindo um planejamento estratégico para ações futuras, especialmente para 2025, com foco em superar o marasmo atual e direcionar a energia das pessoas para a luta por transformação social. Na sequência **Mara de Casso**, subsecretária de Trabalho da Prefeitura de Contagem e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, destacou os desafios da economia solidária nas conjunturas atuais. Ela chamou a atenção para a importância de estratégias sólidas, como a contratação de agentes e coordenadores pelas Senaes, para fortalecer as bases nos fóruns e garantir a continuidade das políticas públicas. Também apontou o impacto negativo do sequestro orçamentário pelos parlamentares, que consomem 24% do orçamento público, reduzindo recursos para políticas essenciais. Mara enfatizou a necessidade de regulamentar os empreendimentos solidários das regiões metropolitanas, especialmente aqueles em arranjos produtivos informais, que frequentemente ficam fora das definições tradicionais de economia solidária. Ela trouxe reflexões sobre como conciliar o ideal de economia solidária com a realidade da gestão pública em territórios complexos, onde muitos empreendimentos operam informalmente para sobreviver. De posse da palavra **Detman**, do Espírito Santo, destacou a importância de incluir empreendimentos informais e a necessidade de desburocratizar a formalização por meio do CADSOL, que deveria ser um instrumento de inclusão para pequenos empreendimentos, especialmente liderados por mulheres e grupos periféricos. Ele também defendeu que as comunicações precisam ser formalizadas e estratégicas, para integrar as iniciativas de base aos processos nacionais. Por sua vez, outros intervenientes ressaltaram o desmonte ocorrido durante os últimos anos e a urgência de recuperar os espaços de participação social, apesar do orçamento limitado. Foi enfatizado que, para fortalecer a economia solidária, é essencial apoiar os fóruns municipais e estaduais, fomentar a integração entre movimentos e buscar estratégias que cheguem às bases e territórios mais vulneráveis. De posse da palavra **Tatiana Souza** levantou importantes pontos sobre as estratégias para fortalecer a economia solidária e enfrentar os desafios atuais. O impacto de desmontes políticos e orçamentários nos últimos anos também foi destaque. Foi apontado que, além das políticas públicas, os movimentos sociais e organizações de fomento sofreram gravemente, dificultando a retomada de espaços de participação social. Mesmo com recursos escassos, foi destacado que o governo e a sociedade civil precisam trabalhar juntos para sustentar as conquistas atuais e resistir à organização bem financiada da extrema direita, que continua avançando nas bases. Logo após **Gilberto Carvalho** pontuou que, embora o Fórum Brasileiro de Economia Solidária tenha grande relevância, a representação formal da economia solidária deve incluir outras redes e conselhos. Ele reforçou a necessidade de manter uma visão ampla e inclusiva para integrar atores que não participam diretamente do Fórum, ampliando as possibilidades de articulação e fortalecimento da política pública. O encontro terminou com o convite para continuar as discussões e reorganizar a pauta na retomada da reunião logo após o almoço. **Gilberto Carvalho** retornou à reunião, agradecendo a presença de todos e verificando o quórum. Logo

348 após propôs uma mudança na pauta da reunião, invertendo a ordem dos temas para otimizar o tempo.
349 Destacou a necessidade de discutir o Cadsol (Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos
350 Solidários) ainda no dia, deixando outras discussões para o dia seguinte. Defendeu a realização da
351 Conferência Nacional de Economia Solidária em um local mais econômico, ressaltando a importância
352 da concentração dos participantes para debates mais produtivos. **Fernando Zamban** coordenou a
353 discussão sobre a Conferência Nacional da Economia Solidária. Apresentou um balanço da
354 organização das conferências estaduais e temáticas. Explicou que 27 conferências estaduais foram
355 convocadas, sendo que algumas já aconteceram e outras estavam por acontecer. Apontou que houve
356 maior dificuldade na realização de conferências na região Norte e Centro Oeste, devido à baixa
357 participação dos governos estaduais e menor articulação dos movimentos sociais. Ressaltou que,
358 apesar dos desafios, a mobilização foi expressiva, principalmente na Bahia, Rio Grande do Norte,
359 Santa Catarina e Pernambuco. Propôs a extensão do prazo das conferências estaduais até maio de
360 2025, pois 19 conferências ainda estavam marcadas para março, o que tornaria impossível acompanhá-
361 las adequadamente. Colocou em votação a data da Conferência Nacional, que foi definida para 14 a
362 17 de agosto de 2025. Fernando então destacou os encaminhamentos: Conferência Nacional de
363 Economia Solidária será realizada de 14 a 17 de agosto de 2025 (com data reserva de 21 a 24 de
364 agosto). E a extensão do prazo para realização das conferências estaduais até maio de 2025. **Alfredo**
365 **Jairo** destacou o sucesso da mobilização para a Conferência Nacional e a importância do esforço
366 coletivo na construção do evento. Apresentou dados detalhados sobre a quantidade de conferências
367 locais e estaduais realizadas, incluindo a participação de governos estaduais em algumas delas.
368 Alfredo Jairo apresentou dados detalhados sobre a realização das conferências locais, estaduais e
369 temáticas, destacando os seguintes pontos: 1. Conferências Locais: 169 conferências locais
370 convocadas, sendo: 45 de abrangência municipal. 124 de abrangência intermunicipal (ou Inter
371 territorial, dependendo do estado). A Bahia usou o modelo Inter territorial devido à organização
372 estadual. 2. Conferências Estaduais: 27 conferências estaduais convocadas. Algumas já realizadas,
373 outras ainda a serem feitas. Maior participação de governos estaduais em alguns estados, como: Minas
374 Gerais, Paraná e Santa Catarina, onde houve mais apoio institucional. Maior dificuldade no Norte e
375 Centro-oeste, devido à baixa participação dos governos locais. No Rio Grande do Norte, a conferência
376 foi bastante participativa e bem discutida. A Bahia realizou conferências expressivas, devido à
377 tradição de organização no estado. Pernambuco também realizou uma conferência forte, com boa
378 mobilização do fórum estadual. Acre e Amazonas já realizaram suas conferências ou estavam prestes
379 a realizá-las. 3. Conferências Temáticas: 9 conferências temáticas convocadas. Algumas já realizadas,
380 outras ainda por acontecer. Foi identificada a necessidade de ampliar debates temáticos, como saúde
381 mental e economia solidária. 4. Cronograma das Conferências: Prazo original: Conferências locais
382 até outubro de 2024. Conferências estaduais e temáticas até março de 2025. Proposta de extensão:
383 Conferências estaduais até maio de 2025, para permitir melhor organização. Conferências locais até
384 30 dias antes da conferência estadual do estado correspondente. Ressaltou que a sistematização das
385 propostas dos estados será essencial para a Conferência Nacional, pois essas propostas formarão a base
386 do debate nacional. **Marta Fulcar** apresentou uma análise detalhada dos custos de passagens,
387 hospedagem e estrutura da conferência. Estimou que o custo total com passagens aéreas será de
388 aproximadamente R\$ 7,8 milhões, considerando ida e volta para todos os participantes. Apontou
389 possíveis locais para a conferência: Estádio Mané Garrincha: Custo de R\$ 360 mil pelo espaço, mas
390 sem estrutura adicional (tendas, banheiros, alimentação). Centro de Convenções Ulysses Guimarães:
391 Orçamento alto, inviável financeiramente. CNTI (Centro Nacional de Treinamento e Integração):
392 Estrutura com dormitórios coletivos para até 10 pessoas. Custo de R\$ 220 por pessoa/dia, incluindo
393 alimentação. Localizado em Luziânia, perto de Brasília. Decisão: A CNTI foi a opção mais viável,
394 pois permite economia e concentração dos participantes no mesmo local. Também sugeriu alternativas
395 para reduzir custos, como uso de transporte terrestre para estados próximos. **Francisco Oliveira**
396 explicou que a portaria do Cadsol foi revisada para corrigir falhas e melhorar a eficiência do sistema.
397 Destacou que o Ministério do Trabalho enfrentou problemas técnicos que atrasaram a validação dos

cadastros. Apontou que há cerca de 28 mil registros no sistema, mas 7,83 mil não foram completados. Justificou a necessidade de garantir que o processo de validação seja ágil e acessível. **Diogo Carvalho** anunciou que o Cadsol passou por ajustes técnicos, incluindo: Retorno da opção de vinculação a movimentos sociais. Melhoria no preenchimento das informações sobre atividade econômica. Treinamentos para as comissões estaduais e municipais para garantir o correto uso da plataforma. **Alzira Medeiros** sugeriu que o Cadsol facilite o acesso dos empreendimentos a compras públicas, reduzindo burocracias. Defendeu a integração do Cadsol com o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) para fortalecer a participação dos empreendimentos em editais e políticas públicas. **Tatiana Nascimento** ressaltou que o Cadsol deve servir como instrumento de inclusão financeira para empreendimentos informais. Defendeu a retomada do diálogo com o BNDES para fomentar crédito específico para a economia solidária. **Gisleide Leite** propôs que o Conselho retome as discussões sobre comércio justo e certificação solidária. Ficou decidido que essa pauta será debatida em reuniões futuras. **Geni Rosangela** levantou a preocupação com a participação feminina em empreendimentos familiares, alertando para o risco de violência econômica. Defendeu que o Cadsol tenha critérios que garantam a autonomia financeira das mulheres dentro dos empreendimentos. **Alzira Medeiros** destacou que nem todas as questões levantadas podem ser resolvidas na portaria do Cadsol, pois algumas envolvem dinâmicas próprias dos empreendimentos. Concordou com Geni, reforçando que a violência econômica e patrimonial é uma realidade, especialmente na agricultura familiar, onde há forte influência das relações de poder dentro dos núcleos familiares. Argumentou que o vínculo familiar é uma base importante na economia solidária, citando exemplos como: Cooperativas de catadores na região metropolitana de Recife, formadas por grupos familiares. Marisqueiras, que organizam suas atividades a partir de laços de parentesco. Rejeitou a ideia de que esses grupos não seriam associativos ou coletivos, defendendo que a confiança e reciprocidade entre parentes são elementos legítimos da economia solidária. Concordou que é fundamental estimular a autonomia financeira das mulheres, mas ponderou que não seria possível resolver esse problema apenas estabelecendo a exigência de empreendimentos "supra familiares" na portaria. Alertou que a violência econômica pode ocorrer tanto dentro de grupos familiares quanto fora deles, o que torna a questão mais complexa. **Diogo Carvalho** questionou se o termo "supra familiar" deveria ser mantido na portaria ou se bastaria definir um número mínimo de integrantes por empreendimento. Levantou a necessidade de resolver duas questões específicas: 1. Definição sobre o número de integrantes necessários para um empreendimento ser cadastrado. 2. Processo de formalização dos empreendimentos informais dentro do Cadsol. Propôs que, em vez de classificar alguns empreendimentos como "em processo de formalização", a portaria poderia simplesmente definir que ainda não se cadastraram no Cadsol. Destacou que a própria lei já prevê que grupos informais cadastrados no Cadsol serão incentivados a buscar sua regularização jurídica, o que já orienta esse processo sem necessidade de novos ajustes no texto da portaria. Diogo apresenta a sugestão de que os EES registrados no Cadsol devem ter um mínimo de três integrantes de dois ou mais núcleos familiares, garantindo que não sejam empreendimentos exclusivamente familiares. **Alzira Medeiros** concorda, ressaltando que deve haver diversidade entre os núcleos familiares para evitar concentração de poder dentro do empreendimento. **Tatiana Nascimento** menciona que, na terceira CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária), foi estabelecido que o conceito de empreendimento supra familiar pode incluir dois núcleos familiares, desde que operem de forma coletiva. Há um consenso de que, enquanto o ideal seria sempre três núcleos, a prática muitas vezes diverge, especialmente em contextos educacionais e em cidades como o Rio de Janeiro, onde, historicamente, empreendimentos de duas famílias já eram considerados válidos. **Diogo Carvalho** explica os requisitos e procedimentos para o cadastramento no Cadsol, incluindo o prazo de 45 dias para análise e resposta da comissão local. O sistema de cadastro exigirá informações como CNPJ (quando aplicável), endereço, estrutura organizacional, dados sobre os participantes e a motivação para a criação do EES. Há preocupação com a demora no processo de validação, levando alguns empreendedores a desistirem de se cadastrar. **Tatiana Nascimento** propõe que os empreendimentos

448 tenham um certificado temporário imediato ao se cadastrarem, enquanto a comissão teria de 45 a 90
449 dias para contestá-lo. Isso tornaria o processo mais ágil e evitaria desmotivação. **Francisco Oliveira**
450 alerta que um sistema de auto declaração irrestrita pode gerar inconsistências no banco de dados,
451 comprometendo a confiabilidade do cadastro. **Diogo Carvalho** reforça que a portaria atual não prevê
452 um caminho claro para o que acontece após 45 dias sem resposta da comissão. **Iracema Moura** faz
453 uma comparação com o CAF (Cadastro da Agricultura Familiar), que exige documentação
454 comprobatória, como declaração de posse da terra ou acordos de parceria. Ela ressalta que o Cadsol
455 se assemelha mais aos Sistemas Participativos de Garantia (SPG), onde a validação ocorre por
456 reconhecimento social. No SPG, a participação ativa na economia solidária é um critério fundamental.
457 Para ela, o Cadsol não pode ser apenas um cadastro formal, mas deve criar mecanismos para integrar
458 os empreendimentos à economia solidária de forma real e participativa. Ela questiona: se o Cadsol
459 será a porta de entrada para políticas públicas, quais critérios mínimos serão exigidos? **Rosemary**
460 **Gomes** contrapõe, dizendo que as comissões do Cadsol não funcionam como os SPGs, pois não
461 possuem a mesma capacidade de fiscalização e acompanhamento presencial dos empreendimentos.
462 **Francisco Oliveira** reforça que, apesar da intenção de um modelo participativo, não há estrutura
463 formal suficiente para uma validação tão aprofundada em nível estadual e municipal. **Maíra** destaca
464 que, agora que a Lei da Economia Solidária foi aprovada, a estrutura do Cadsol deve ser revista para
465 garantir agilidade e confiabilidade. Com a regulamentação, o Cadsol será um instrumento de acesso a
466 direitos e políticas públicas. Isso significa que não pode haver um sistema em que alguém recebe um
467 certificado provisório e, um mês depois, perde o cadastro. **Marcos** alerta que um cadastro
468 inconsistente pode prejudicar a política pública como um todo. **Haroldo** propõe que, se um cadastro
469 não for analisado em 45 dias pela comissão local, ele seja automaticamente enviado à comissão
470 Nacional, evitando travamentos no sistema. **Diogo** apresenta a composição proposta da Comissão
471 Nacional de Cadastro, que incluiria: 5 representantes de órgãos governamentais (2 da Secretaria
472 Nacional de Economia Solidária); 5 representantes de redes de Empreendimentos; 5 representantes de
473 organizações da sociedade civil. **Francisco Oliveira** explica que essa distribuição foi baseada no
474 Conselho Nacional de Economia Solidária, tentando manter uma proporcionalidade justa. **Gisleide**
475 **Leite** critica a ausência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, destacando que ele deveria ter
476 uma vaga garantida. Após debate, sugere-se a redistribuição de vagas para incluir representantes do
477 Fórum, organizações da sociedade civil e redes de empreendimentos. **Francisco Oliveira** propõe que
478 a discussão sobre a composição da comissão continue em uma reunião noturna informal para chegar a
479 um consenso. E alerta que o Cadsol precisa funcionar de forma objetiva e transparente, sem viés
480 político ou pessoal na aprovação dos cadastros. A reunião termina com o anúncio de que a Lei da
481 Economia Solidária será publicada no Diário Oficial no dia seguinte, marcando um avanço
482 significativo para a formalização e regulamentação do setor. **No segundo dia de reunião** aos dezessete
483 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, sob a coordenação do Secretário Nacional de
484 Economia Solidária Gilberto Carvalho, teve início a Reunião do Conselho Nacional de Economia
485 Solidária. Participaram da reunião os conselheiros e convidados: Gilberto Carvalho, Secretário
486 Nacional de Economia Popular e Solidária; Fernando Zamban, Diretor de Parcerias e Fomento da
487 SENAES; Marta Fulcar, Chefe de Gabinete da SENAES; Renata Studart, Diretora de Projetos da
488 SENAES; Vanderlucia Simplicio, Coordenadora Geral de Projetos da SENAES; Ary Pereira,
489 Coordenador Geral de Parcerias e Fomento da SENAES; Iracema Moura, Coordenadora da SENAES;
490 Chico Oliveira, Assessor da SENAES; Alfredo Jairo dos Santos, da Rede de Gestores de Políticas de
491 Fomento à Economia Solidária; Arildo Mota Lopes, da União e Solidariedade das Cooperativas e
492 Empreendimentos de Economia Social do Brasil UNISOL; Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro, do
493 FBES; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, do FBES; Maria Helena Mendes Pinheiro, do FBES; Geni
494 Rosângela Dias, do FBES; Carlos Alencastro Cavalcanti, do FBES; Abilene Pereira de Brito, do FBES;
495 Tatiane Nascimento Conceição Valente, do FBES; Janiléia Alves dos Santos Silva, do FBES; Vicente
496 Raimundo de Almeida Neves, do Grupo de Trabalho da Amazônia GTA; Sandro Benedito Sguarezi,
497 da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho UNITRABALHO; Marcela

498 Machado Vieira, da Cáritas Brasileira; Rosemary Gomes, da FACES do Brasil – Fórum de Articulação
499 do Comércio Ético e Solidário; Daniel Seidel, da Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos
500 do Brasil CNBB; e Admirson Medeiros Ferro Júnior, da Agência de Desenvolvimento Solidário da
501 Central Única dos Trabalhadores; Dora Sugimoto- Secretária Geral da Presidência da República;
502 Eduardo Dalbosco Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome;
503 Etiane Araldi da Rede de Incubadores tecnológicas de Cooperativas Populares; Máira Lima Figueredo
504 do UNICAFES; Walmir Mendes Dettman do Fórum Macro-sudeste; João Nicanildo Bastos dos Santos
505 do Ministério da Agricultura e Pecuária; Milena Prado do DIEESE; Wagner F. Cesario da Senaes;
506 Antônio Haroldo da CEA; Marcos A. Souza do DIEESE; Diogo Antunes da SENAES; Carlos Grana
507 do DIEESE; Kamila Araújo da SENAES; Adriana M. Brandão da SENAES, Priscilla Coelho da OCB,
508 Mara de Castro da Rede Gestores Contagem Minas Gerais, Eder Ramos da SENAES, Marco Antônio
509 B. Alves da SENAES, Adenilce H. A. Silva da Cáritas, José Paulo C. Ferreira da SETRE Bahia,
510 Yasmin Krisciane de Avillar Barros do Banco do Brasil S/A, Ana Catarina Meireles da SENAES, Vera
511 Denise Santana do Coletivo Caiçaras São Sebastião e Eugenio Soares de Maricá-CODEMAR. A
512 reunião foi iniciada por **Fernando Zamban**, que destacou o atraso no início (9h23) e a necessidade de
513 objetividade devido à agenda apertada. Ele revisou os tópicos pendentes do dia anterior, incluindo a
514 composição da Comissão Nacional do CADSOL, o Observatório de Economia Solidária e a partilha
515 das ações das Senaes. Ressaltou que a tarde seria dedicada à recomposição dos comitês temáticos, com
516 a presença do ministro Márcio Macedo para o encerramento. Fernando propôs a nova estrutura da
517 comissão com três representantes do governo, três de empreendimentos econômicos solidários e três
518 da sociedade civil. Ele destacou que a composição deveria ser enxuta para garantir funcionalidade,
519 mas ampla o suficiente para manter a representatividade. **Chico Oliveira** reforçou a necessidade de a
520 comissão ser operacional, sugerindo que a Secretaria Executiva fosse exercida pelas Senaes. Após às
521 discursões foi sugerido ajustes na composição para garantir a eficiência nos estados e municípios: Três
522 representantes do governo, três representantes de empreendimentos econômicos solidários e suas redes
523 de representação. E três representações da sociedade civil mantendo a mesma estrutura que tem hoje
524 no Conselho Nacional nessa tripartidariedade de representação. A proposta foi aprovada, com a definição
525 dos nomes para a semana seguinte. Cada titular terá um suplente. **Diogo Carvalho** apresentou
526 mudanças na estrutura da Comissão Nacional do CADSOL, destacando que a presidência será
527 substituída por uma Secretaria Executiva, exercida pelas SENAES. A definição da presidência será
528 deixada para o regimento interno. Sobre a adesão de Estados, Distrito Federal e Municípios ao
529 CADSOL, Diogo explicou que os critérios permanecem os mesmos: é necessário ter uma lei específica
530 que institua a política de economia solidária, um conselho de política pública de economia solidária e
531 um órgão executor dessas políticas. A adesão deve ser formalizada por meio da assinatura de um termo,
532 enviado eletronicamente às SENAES, que analisarão a documentação e comunicarão a confirmação
533 ou necessidade de complementação. Em relação às comissões de cadastro, Fernando propôs que sejam
534 compostas por 25% de representantes governamentais, 50% de empreendimentos de economia
535 solidária e 25% de organizações da sociedade civil. Ele destacou que os empreendimentos terão maior
536 participação, pois estão diretamente envolvidos na análise dos cadastros. **Chico Oliveira** ressaltou
537 também que o tamanho das comissões não está definido, mas sugeriu que variem entre 8 e 12 membros
538 para garantir eficiência. Chico sugeriu não modificar comissões que já estão funcionando bem,
539 respeitando suas dinâmicas locais, e propôs flexibilizar as regras para adequar a realidade de cada uma.
540 No entanto, as comissões que não estão ativas ou precisam ser criadas seguirão a nova composição
541 proposta. Ele também explicou que as comissões serão renovadas a cada dois anos, podendo haver
542 recondução dos membros. A participação será considerada serviço público relevante, mas não
543 remunerado. Nos casos em que não houver adesão ao CADSOL por parte de Estados ou Municípios,
544 a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária,
545 poderá constituir uma comissão especial com caráter provisório. Caso isso não ocorra, a Comissão
546 Nacional assumirá as responsabilidades. Por fim, informou que a Secretaria Nacional de Economia
547 Solidária elaborará um manual de orientações do CADSOL e que antigas portarias relacionadas ao

tema serão revogadas com a aprovação da nova portaria. Sobre as disposições que estiverem omissas nessa portaria serão decididas pelo Conselho Nacional. Sobre o próximo tema da pauta Observatório da Economia Solidária Fernando iniciou destacando a importância do como ferramenta essencial para dar visibilidade aos dados relacionados à economia solidária, integrando informações do Sistema de Informação da Economia Solidária e do CADSOL. O DIEESE apoia atualmente essa iniciativa por meio de uma emenda parlamentar, e espera se expandir essa colaboração para incluir mais contribuições regionais. **Marcos A. Souza** de posse da palavra informou que o Observatório surgiu a partir dos debates das conferências de economia solidária em 2014, com o objetivo de fortalecer a produção de estatísticas para políticas públicas e apoiar os movimentos sociais na atuação nos territórios. O DIEESE foi integrado ao projeto devido à sua experiência na criação de observatórios do trabalho, utilizando três eixos metodológicos: 1. Organização e publicização dialogada da informação: Reunir e estruturar dados dispersos sobre economia solidária. 2. Produção de conhecimento orientado para ação: Utilizar estatísticas para fomentar a intervenção nas políticas públicas. 3. Fortalecimento da participação e controle social: Apoiar o CNES e as comissões estaduais do CADSOL. O plano de trabalho atual do Observatório, que começou a ser implementado entre setembro e outubro de 2024, inclui: Formação online para o uso do CADSOL com produção de vídeos e tutoriais acessíveis, voltados para uma abordagem de educação popular. Criação de um caderno metodológico para subsidiar a estruturação de observatórios estaduais, com foco na superação de desafios, como o financiamento e a realização de reuniões presenciais. Busca ativa de empreendimentos no CADSOL, cruzando dados de CNPJs com a Receita Federal para identificar aproximadamente 9 mil empreendimentos ativos até junho de 2024. Também será necessário abordar os empreendimentos informais que não possuem CNPJ. Estudo temático sobre economia popular e solidária para 2025, com temas definidos em conjunto com gestores públicos e atores sociais. Além disso, o Observatório está atualizando a plataforma SIGWEP, que inclui um mapa interativo, indicadores e perfis territoriais. A proposta é tornar a navegação mais intuitiva, com geração de mapas simplificada para o público geral. Também será necessário ajustar a identidade visual da página para alinhar com o novo padrão do governo federal. Por fim, ele destacou a necessidade de manter registros históricos, como os dados do CIS, e a importância de integrar o Observatório nas estatísticas oficiais do Estado, fortalecendo sua relevância como instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas. **Alzira Medeiros** destacou a importância da recuperação histórica do CIS, apontando que ele serve como um marco da construção de políticas públicas baseadas em informações concretas e não em dados imprecisos. Ela mencionou estudos recentes conduzidos por **Maria Clara e Josiane Creb** (da Rediff Ecosol), que estão realizando um novo mapeamento da economia solidária no Brasil. Esses estudos trazem atualizações significativas sobre as características dos empreendimentos e dos sujeitos da economia solidária, diferenciando-os de forma mais precisa. Alzira sugeriu que o Marquinhos inicie um diálogo com essas pesquisadoras para integrar os dados mais recentes ao observatório. **Marquinhos** complementou, explicando que já estão em andamento conversas com a Senaes e com **Diogo** para melhorar a base estatística do CADSOL e captar melhor o perfil dos sujeitos da economia solidária. Ele mencionou problemas encontrados no CIS, especialmente em variáveis relacionadas a atributos pessoais, que precisam ser corrigidos na atualização dos indicadores do observatório. Sobre a integração de dados, Marquinhos sugeriu que informações provenientes das Secretarias de Meio Ambiente e dos Fóruns de Lixo e Cidadania poderiam ser cruzadas com as bases do CADSOL, especialmente no que diz respeito aos catadores. Embora a obtenção dessas informações possa ser desafiadora, ele acredita que o diálogo com esses órgãos é viável, já que os dados são obrigatoriamente reportados ao Sistema Nacional de Informação de Saneamento Básico. **Chico e Diogo** também enfatizaram a necessidade de validar e revisar os dados do CADSOL. Parte dos cadastros ainda não foi validada, e muitos empreendimentos foram marcados como inativos devido à ausência de atualização nos últimos dois anos. Eles propuseram que a comissão avalie esses cadastros para decidir sobre sua revalidação ou exclusão. O **DIEESE** identificou que, de aproximadamente 9 mil empreendimentos com CNPJ na base, 4 mil não estão mais ativos na Receita Federal, mas a decisão final sobre esses registros cabe à comissão.

Marquinhos mencionou a aproximação com a Rede de Observatórios do Trabalho, ressaltando que houve uma sessão recente dedicada à economia solidária, o que demonstra o interesse crescente por essa área. Ele sugeriu que o Observatório da Economia Solidária se envolva em iniciativas para incluir dados da economia solidária em estatísticas oficiais, como a **PNAD** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), e defendeu a criação de um caderno especial sobre economia solidária no IBGE. Além disso, discutiuse a formação de uma rede de observatórios estaduais de economia solidária, com iniciativas já em andamento no Rio Grande do Norte e Pernambuco. No entanto, Marquinhos reconheceu que integrar essa rede com os observatórios do trabalho não é simples, pois a economia solidária vai além de uma mera forma de organização do trabalho, abrangendo aspectos sociais e econômicos mais amplos. Por fim, enfatizaram que a derrubada de políticas e estratégias de produção de informações sobre a economia solidária durante governos anteriores reforça a importância de reconstruir essas bases de dados para fortalecer o setor. De posse da palavra **Gilberto Carvalho** focou na apresentação das ações desenvolvidas pela Senaes nos últimos dois anos, destacando a importância de revisar e planejar os próximos passos, comparando o momento a um "intervalo de jogo", onde é necessário ajustar estratégias. Ele mencionou desafios enfrentados pelo governo, como a sabotagem do mercado financeiro, que estaria reagindo negativamente a propostas como o imposto sobre grandes fortunas, resultando na retirada de investimentos do país e na alta do dólar. Gilberto enfatizou que, para enfrentar esses desafios, é fundamental fortalecer a mobilização popular e que o governo, sozinho, não conseguirá superar essas barreiras sem o apoio da sociedade civil. No contexto da economia solidária, Gilberto destacou o objetivo central das Senaes: transformar a economia solidária em uma política pública estruturada e não apenas um movimento social marginalizado dentro do Ministério do Trabalho. Ele ressaltou que a economia solidária deve ser reconhecida não apenas como uma prática social, mas como uma alternativa econômica viável e anticapitalista, capaz de antecipar valores do socialismo. Para isso, a atuação interministerial é essencial, e houve progresso nas relações com ministérios da Saúde, Cultura, Igualdade Racial, MDA e Ministério da Justiça. Gilberto detalhou um projeto específico: o desenvolvimento da economia digital solidária, com foco na criação de um aplicativo para cooperativas de motoristas e entregadores, que enfrentam dificuldades por depender de plataformas controladas por grandes empresas como Uber e 99. O custo de desenvolvimento do aplicativo é elevado (em torno de 10 a 12 milhões de reais), e o governo busca recursos junto à FINEP e ao Fundo de Direitos Difusos. Além disso, ele destacou a importância de revitalizar a economia solidária nos estados por meio de uma coordenação estadual integrada por representantes do Ministério do Trabalho, conselhos estaduais de economia solidária, o Fórum Nacional da Economia Solidária, a Rede de Gestores, e universidades e incubadoras (**IFES**). Mesmo enfrentando resistência em alguns estados, Gilberto afirmou que a Senaes está comprometida em fortalecer essa rede de apoio e representação, buscando a integração de diferentes setores para garantir a expansão e institucionalização da economia solidária. Por fim, ele ressaltou que o programa de agentes da economia solidária não é apenas uma iniciativa isolada, mas parte de um esforço maior para redimensionar a economia solidária em cada estado, conectando ações locais com políticas públicas nacionais. A meta é criar uma estrutura sólida que permita o crescimento sustentável da economia solidária como uma alternativa viável ao modelo capitalista tradicional. **Fernando Zamban** apresentou um panorama das atividades e desafios enfrentados pelo Departamento de Parcerias e Fomento da Senaes nos últimos dois anos. Ele iniciou destacando a expectativa de ampliação orçamentária que não se concretizou. Em fevereiro, a previsão era de R\$ 90 milhões no orçamento, mas, após vetos e cortes, apenas R\$ 14 milhões foram efetivamente destinados, além de R\$ 30 milhões em emendas parlamentares, que não permitem controle direto da política pública, pois respondem a demandas específicas das organizações. Com a frustração na expansão do orçamento, o departamento passou a focar em negociações com outros órgãos e parceiros para garantir recursos adicionais e desenvolver ações articuladas, mesmo sem desembolso direto de recursos. O departamento trabalha em diversas frentes, incluindo finanças solidárias, comercialização, produção, assessoria técnica e economia solidária digital. Fernando destacou a evolução no debate sobre a criação deste sistema, que

648 visa articular bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários, cooperativas populares de
649 crédito e OSCIPs de crédito. Um documento referencial foi produzido e serviu como base para a
650 conferência temática de finanças, resultando na criação de um grupo de trabalho para definir o
651 funcionamento do sistema. A Senaes teve um papel ativo na modificação da lei das moedas sociais,
652 evitando que alterações prejudiciais fossem implementadas. O substitutivo aprovado reconhece as
653 moedas sociais como instrumentos importantes para o desenvolvimento territorial e apropriação de
654 riqueza. Fernando anunciou avanços significativos em parcerias com o MDS e a Caixa Econômica
655 Federal para implementar pagamentos do Bolsa Família e outros benefícios sociais por meio de
656 moedas sociais operadas por bancos comunitários e cooperativas de crédito popular. Em resposta à
657 crise humanitária na Terra Yanomami, a Senaes celebrou um TED (Termo de Execução
658 Descentralizada) para retirar resíduos sólidos deixados pelas cestas básicas enviadas à região. A
659 iniciativa inclui apoio a cooperativas indígenas em Roraima e estudos técnicos para lidar com resíduos
660 do garimpo. As entidades Seia e Unisol Brasil foram selecionadas para executar o projeto. Fernando
661 mencionou a negociação com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para destinar imóveis
662 públicos federais a centros de economia solidária, minimizando custos com infraestrutura. A proposta
663 inclui que esses centros atuem como hubs de comercialização, oferecendo assessoria técnica e serviços
664 de finanças solidárias. O projeto Liga Copi, iniciado no Rio Grande do Sul e expandido para nove
665 estados, organiza motoristas de aplicativo em cooperativas. Embora não concorra diretamente com
666 grandes plataformas como Uber, a iniciativa oferece uma alternativa solidária de transporte. Além
667 disso, discute-se a criação de softwares públicos que possam ser adaptados para diferentes iniciativas
668 de economia solidária digital. Fernando apontou as limitações no uso de emendas parlamentares para
669 direcionar políticas públicas. Em 2023, a Senaes recebeu R\$ 35 milhões em emendas, dos quais 95%
670 foram celebrados ou pagos. Para 2025, a estratégia é oferecer aos parlamentares, ações chave como
671 redes de cooperação solidária, centros públicos, finanças solidárias, cooperativismo de plataforma,
672 agentes do programa Pulse Ingen, incubação e feiras, buscando maior alinhamento com os objetivos
673 da política pública. Fernando concluiu destacando que, apesar das limitações orçamentárias e
674 estruturais, houve avanços significativos em áreas estratégicas da economia solidária, com foco em
675 inovação, parcerias e ampliação do impacto social. **Renata Studart** destacou a importância da
676 formalização de programas e projetos para dar sustentação à economia solidária, defendendo sua
677 institucionalização, independente do governo vigente. Ela diferenciou programas, que visam criar
678 normativas, de projetos, que são acordos em construção com possibilidade de continuidade. Ambos
679 estão alinhados ao terceiro objetivo estratégico do planejamento das Senaes e ao **PPA**, que foca em
680 educação popular, qualificação, assessoria técnica e formação cidadã na economia solidária. Renata
681 apresentou o Programa Manuel Quirino, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, com um
682 foco na economia popular e solidária. O programa recebeu nove milhões de reais para projetos
683 construídos em parceria com instituições de ensino, especialmente institutos federais, devido à sua
684 capilaridade e relação com a Rede Ifecosol. O programa visa qualificar trabalhadores da economia
685 solidária, abrangendo tanto o trabalho formal quanto o informal e associado. **Kamila Araújo**
686 apresentou o andamento do Programa Manuel Quirino, destacando que ele foi construído em parceria
687 com a Secretaria de Qualificação, a Rede Ifecosol e diversos institutos federais. Dois institutos foram
688 responsáveis pela execução dos cursos: o Instituto Federal de São Paulo (regiões Sul, CentroOeste e
689 Sudeste) e o Instituto Federal da Bahia (regiões Norte e Nordeste). O programa teve recursos para
690 qualificar 2.880 trabalhadores da economia popular solidária, abrangendo 16 estados. Atualmente, o
691 programa está na fase de formatura das turmas, com algumas turmas no Sul atrasadas devido à
692 calamidade pública no Rio Grande do Sul. A previsão é que todas as formações sejam concluídas até
693 janeiro. Kamila ressaltou o sucesso e o impacto positivo das formações, mencionando, por exemplo, a
694 formatura em Niterói, que foi um evento marcante. Ela destacou a criação de cursos inéditos no
695 contexto da economia solidária, como o de Gestão de Empreendimentos Solidários e o de Agentes de
696 Desenvolvimento Cooperativista Solidário, cursos que não existem nos catálogos do Pronatec ou do
697 MEC. Esses cursos foram desenvolvidos para atender às necessidades específicas da economia

solidária, diferenciando-se das formações voltadas para o agronegócio e outras áreas. Kamila também mencionou a adoção da metodologia de alternância, que permite que parte do aprendizado ocorra diretamente nos empreendimentos e nas comunidades, promovendo uma formação mais prática e contextualizada. Além disso, destacou o financiamento de cirandas infantis, que proporcionaram suporte às mães participantes dos cursos, fortalecendo a inclusão. Finalizando, Kamila expressou o desejo de dar continuidade ao programa e expandi-lo para novos estados que ainda não foram atendidos, reforçando a importância de manter o projeto ativo e ampliá-lo nos próximos anos. **Renata Studart** ressaltou o desafio da retomada do edital de financiamento das incubadoras, essenciais para apoiar e ampliar o atendimento aos empreendimentos solidários. Embora as negociações com a **FNEP** para um edital de 50 milhões não tenham avançado, novas articulações surgiram com o **CNPq**, que demonstrou interesse em lançar uma nova chamada para o programa **PRONINQ**. Isso permitirá integrar recursos de diversos ministérios e órgãos, ampliando o impacto da política. O objetivo é fortalecer a autonomia dos empreendimentos pós incubação, focando na geração de renda e na sustentabilidade das iniciativas. Renata encerrou mencionando o primeiro seminário nacional de incubadoras realizado em João Pessoa, que reuniu cerca de 200 pessoas, mostrando o crescimento e a articulação do movimento da economia solidária. **Marco Antônio** mencionou como está o andamento do projeto em parceria com o Sebrae, que vem sendo articulado há mais de um ano pelo Ministério do Trabalho com o Sistema S. O Sebrae trabalha com foco no empreendedor individual e no microempreendedor, utilizando uma linguagem mais técnica, enquanto o Ministério e os parceiros da economia solidária priorizam a coletividade e a organização da classe trabalhadora. Apesar dessas diferenças, a parceria é vista como uma oportunidade de complementaridade, aproveitando o que o Sebrae já faz bem para fortalecer a economia solidária. Marco Antônio destacou seu entusiasmo crescente com o projeto, apontando que ele pode ser revolucionário para a economia solidária no Brasil. O projeto conta com o apoio de mais de 50 pessoas que entendem sua importância e potencial. O Ministério do Trabalho não está investindo recursos próprios; o financiamento vem diretamente da Receita Federal para o Sebrae, através do desconto de 0,3% da folha de pagamento de micro e pequenas empresas. Há um esforço para que, nos dois primeiros anos, os cursos oferecidos pelo Sebrae sejam gratuitos, o que está sendo negociado. Foi compartilhado o caso de um empreendedor que aprendeu com o Sebrae a usar óleo de palma para fritar chips de banana, aumentando a durabilidade do produto. Esse tipo de conhecimento técnico é visto como uma vantagem que pode ser aproveitada pela economia solidária. A necessidade de continuar o diálogo com o Sebrae, que possui uma estrutura complexa com autonomia regional. Proposta de realizar um seminário em Brasília, no Ministério do Trabalho, com a participação do Sebrae para aprofundar as discussões. De posse da palavra **Renata Studart** destacou o Programa de Formação Paul Singer, que está entrando em sua fase de implementação após um período de articulação e planejamento. O programa é descrito como uma estratégia complexa, com recursos conquistados por meio de articulação intensa com parceiros. O programa é construído com o apoio do Departamento de Projetos e a colaboração de diversas pessoas, como Isabela, Thaís e Michelle. Envolveu a criação de um edital para selecionar uma equipe nacional de bolsistas, permitindo a execução de um projeto de grande escala. A construção do programa foi influenciada por experiências de outros programas, como o PPDELIS, Brasil Local, e redes de cooperação solidária. O programa foi desenvolvido em articulação com diferentes setores do governo federal, incluindo cozinhas comunitárias, agentes culturais, agentes de participação social e educadores de saúde. Todos os segmentos do programa estão fundamentados na educação popular, sendo essa a base metodológica da iniciativa. O programa estabeleceu uma remuneração diferenciada para seus agentes: Agentes de economia solidária recebem R\$ 2.500, além de R\$ 1.400 para deslocamento e alimentação. Comparativamente, os agentes de cultura recebem R\$ 1.250 e os educadores do SUS são remunerados apenas nas funções de coordenação. O objetivo é garantir dedicação integral ao programa, mesmo reconhecendo que o modelo ideal seria a contratação via CLT. A Fundacentro (fundação de saúde e segurança do trabalho) é uma parceira chave, responsável pelo pagamento das bolsas e pela incorporação de conceitos de trabalho saudável e seguro ao programa. **Vanderlúcia**

relatou sobre o primeiro encontro nacional com coordenadores estaduais, promovendo a integração e o fortalecimento da equipe. O encontro focou na construção de uma mística de trabalho coletivo, criando um ambiente de cooperação e diálogo entre coordenadores que, em sua maioria, não se conheciam previamente. O evento foi descrito como um sucesso, com os coordenadores retornando aos estados motivados e comprometidos com o desenvolvimento do programa. **Renata Studart** informa que o programa é uma estratégia político pedagógica que busca fortalecer a economia solidária e desenvolver um sistema nacional de formação. Foca no desenvolvimento de coletivos populares, ao invés de empreendedores individuais, promovendo a organização comunitária e a justiça social. Os agentes não são apenas executores, mas educadores que atuarão nos territórios, ajudando a planejar e fortalecer a economia solidária local. O processo seletivo foi pensado para ser o mais acessível possível, reduzindo exigências de documentos e eliminando critérios como escolaridade formal. O programa utilizou um índice territorial para selecionar regiões prioritárias, baseado em dados do CADSOL, RAIS, e outros indicadores sociais, como fome e escolaridade. A priorização inclui regiões com emergências climáticas e áreas urbanas com alta densidade populacional. Há uma preocupação com a prorrogação de prazos e ajustes nos critérios de seleção, que serão discutidos com a Fundacentro e os setores jurídicos. Os coordenadores estaduais têm a tarefa de preparar o terreno nos estados, dialogando com fóruns, sindicatos, incubadoras, e gestores públicos. O programa é descrito como vivo e adaptável, com possibilidade de ajustes conforme as necessidades e os aprendizados do processo. A reunião foi concluída com o convite para retomar o debate na parte da tarde, a fim de aprofundar as discussões pendentes. De posse da palavra o **Ministro Marcio Macedo** inicia sua fala mencionando que o próximo ano traz desafios e expectativas tanto para a sociedade civil quanto para o governo, que precisa se organizar melhor em questões estratégicas essenciais. A secretaria responsável enfrenta limitações orçamentárias e há a necessidade urgente de encontrar soluções. O debate gira em torno da importância de convencer o presidente Lula sobre políticas estratégicas, incluindo direitos humanos e sustentabilidade. O ministro informa sobre a necessidade de uma transição econômica e ambiental. O Brasil, precisa equilibrar desenvolvimento e preservação, especialmente na Amazônia. A exploração sustentável é um ponto central, contrastando com práticas predatórias, como a mineração ilegal, que deve ser combatida com rigor. A responsabilidade ambiental não pode ser fragmentada por territórios; o impacto de ações em uma região reverbera em outras. Em meio a essas reflexões, surgem lembranças de eventos marcantes, como o lançamento de relatórios e debates sobre a economia solidária. O G20 Social ganha espaço como um movimento de articulação entre grupos e governos, buscando ampliar o diálogo e gerar ações concretas. O objetivo é consolidar espaços de participação e mostrar a produção dos povos brasileiros, desde a agricultura familiar até iniciativas sustentáveis nos biomas do país. O evento sobre sustentabilidade e combate à fome trouxe uma experiência transformadora, com exposições que demonstraram a diversidade e a qualidade da produção nacional. Diante desse cenário, a reflexão sobre os próximos passos se intensifica. A construção coletiva entre governo e sociedade civil deve ser transparente e paritária, garantindo que eventos como a COP sejam espaços de fortalecimento para a economia solidária. O compromisso é dar visibilidade à produção popular e aos movimentos sociais, contrapondo-se às decisões tomadas por uma elite distante da realidade do povo. O Ministro ressaltou o papel das redes sociais na ampliação do engajamento, e a necessidade de que vozes da Amazônia e de outras regiões sejam ouvidas nos debates políticos. Também foi mencionada a economia solidária como um ponto forte, principalmente devido ao impacto positivo das feiras e do comércio local. Foi sugerida a criação de uma comissão para organizar feiras e fortalecer a economia solidária. Além disso, foram anunciadas reuniões futuras, incluindo um encontro para tratar da Copa e outro para definir métodos de trabalho colaborativo. O debate reforçou que a democracia tem custos, mas é essencial para um processo participativo eficiente. Foi destacado que a escuta ativa das necessidades da população deve ser um princípio central na formulação de políticas públicas. O ministro destacou a necessidade de pautar questões sociais dentro do governo e dos comitês econômicos. Lembrou que, em dezembro de 2022, o país enfrentava desafios graves, como filas para compra de alimentos. Mencionou que o governo anterior desmantelou espaços de participação social,

como conselhos e conferências, que foram recriados pelo presidente Lula logo no início de seu mandato. Ressaltou que a reconstrução das políticas públicas exige tempo e organização. Enfatizou que a extrema-direita utilizou a religião como ferramenta política, principalmente entre os evangélicos. Afirmou que o presidente Lula evita tratar diretamente do tema, pois acredita na separação entre Estado e religião. Comentou que há esforços para criar uma estrutura de diálogo com os evangélicos, assim como já existe com os católicos, mas reconheceu que o tema não tem sido tratado adequadamente. Considera que as próximas eleições serão difíceis e exigirão grande mobilização. Reforçou que a vitória nas últimas eleições só foi possível devido à presença de Lula. Destacou que, apesar da importância do trabalho coletivo, Lula foi o diferencial determinante na disputa eleitoral. Lembrou que, no início do governo, havia 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil e que esse número foi reduzido para 8 milhões. Reconheceu que ainda há muito a ser feito, mas comemorou os avanços.

Professor Sandro destacou a interação com incubadoras e fóruns de tecnologia social em 2023, com envolvimento de vários ministérios. Mencionou falhas de comunicação sobre o apoio do CNPq, que já havia sinalizado parceria, mas não teve encaminhamento claro. Ressaltou a importância de esclarecer limites e prazos para atender às demandas das bases sociais. Agradeceu a abertura do diálogo com o governo, citando Renata Studart e Adriana Brandão. **Gilberto Carvalho** propôs anotar todas as questões levantadas para uma resposta coletiva. **Gisleide Carneiros** mencionou a importância da "Ciranda das Crianças" como um espaço essencial para permitir a participação de mães em atividades produtivas. Citou que a iniciativa foi premiada pelo BNDES em 2015, recebendo R\$ 50 mil para a estruturação do espaço infantil. Sugeriu a retomada de premiações para incentivar práticas bem-sucedidas da economia solidária. Defendeu o fortalecimento dos conselhos estaduais para monitoramento dos programas de economia solidária. Comentou sobre a instalação de comitês estaduais de economia solidária. Preocupação com a sobrecarga de estruturas e falta de pessoal para acompanhamento. Propôs de criação de um calendário fixo de reuniões para melhor organização. Sugeriu realizar a próxima reunião do conselho presencialmente na Feira Nordestina na Bahia, entre 12 e 16 do mês de março. Expressou a ideia de celebrar a Lei da Economia Solidária na Bahia com a presença do presidente Lula. **Alzira Medeiros** apresentou preocupações sobre o edital 1034 dos agentes territoriais da economia solidária. Destacou críticas e sugestões coletadas por meio de consultas regionais. Ela mencionou as questões principais do edital: Prazo curto para inscrições: Proposta de ampliação do prazo até 10 de janeiro. Carga horária: Sugestão de reduzir de 40h para 36h para permitir envolvimento em outras atividades sociais. Condições de trabalho: Proposta de seguro de vida para agentes devido a conflitos territoriais enfrentados. Critérios de seleção: Preocupação com a falta de territorialização na seleção dos agentes, o que pode prejudicar a representatividade local. Resumo das Falas dos Participantes. Ela propôs a criação de um grupo dentro do conselho para definir critérios territoriais de seleção. E sugeriu priorizar estados como Bahia, Pernambuco, Amazônia e Acre, garantindo vinculação territorial das ações. Destacou a importância do Programa Manoel Quirino, mas alertou que ele não foi implementado em todo o Brasil, o que impede seu uso como critério universal de desempate. Questionou o critério de idade no edital, argumentando que maior idade pode trazer mais experiência na articulação da economia solidária. Alertou que o edital pode ter problemas jurídicos caso critérios excludentes sejam mantidos. Solicitou que a Senaes ouça as ponderações apresentadas para aprimorar o processo. **Tatiana Nascimento** destacou que as primeiras 500 vagas no edital são apenas o começo e que melhorias podem ser feitas para as próximas seleções. Enfatizou a importância de espaços como a Ciranda para a juventude, citando o MST como referência. Trouxe o exemplo de uma Ciranda criada após a tragédia de Brumadinho, que se tornou um espaço de economia solidária e formação política para crianças e jovens. Defendeu a necessidade de uma equipe técnica dedicada à Ciranda em nível nacional e estadual. Ressaltou que a Ciranda não deve ser vista apenas como um espaço infantil, mas sim como um ambiente de formação e identidade política. **Admirson Medeiros (Greg)** comentou sobre a dispersão do conhecimento em economia solidária, sugerindo a necessidade de resgatar e organizar conteúdos históricos da área. Citou a experiência de formação da ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) e a Escola Polônia de Carvalho em Goiás,

destacando que muito material já existe, mas está pouco acessível. Propôs um encontro para reunir pessoas que passaram por formações anteriores e consolidar um acervo de conhecimento. Sugeriu estabelecer uma parceria com o MEC para reformular currículos universitários e incluir conteúdos sobre economia solidária. Defendeu que a seleção de agentes deve priorizar pessoas com experiência prática na economia solidária, garantindo que o programa tenha impacto real nos territórios. **Gilberto Carvalho** concordou com a proposta de Gisleide sobre fortalecer os conselhos estaduais de economia solidária, reconhecendo sua fragilidade atual. Sugeriu a criação de coordenações temporárias para auxiliar no fortalecimento desses conselhos até que eles possam assumir suas funções plenamente. Destacou a importância da participação das secretarias estaduais de trabalho e economia solidária no processo. Reforçou que a atuação dos agentes deve estar integrada com outras áreas, como saúde e cultura. Explicou que, caso algumas sugestões não possam ser implementadas neste edital, há a possibilidade de um segundo edital no futuro, com melhorias baseadas nas discussões atuais. Defendeu que as futuras propostas do conselho sejam debatidas antes da publicação dos editais para garantir maior alinhamento e aceitação. **Alzira Medeiros** explicou que a classificação para seleção envolve 40% de pontuação por documentos e 60% por um vídeo de 4 minutos, o que gerou críticas, principalmente por dificultar o acesso de pessoas com pouca experiência tecnológica. **Renata Studart** mencionou que o governo conseguiu simplificar alguns processos burocráticos, como a exigência de autenticações cartoriais podendo ser feita a assinatura também pelo Gov.br, mas que algumas exigências ainda permanecem. Esclareceu que a bolsa oferecida pelo programa é de extensão acadêmica, financiada por instituições de ciência e tecnologia. Relatou desafios na obtenção de orçamento, pois os ministérios precisam confirmar os valores disponíveis para financiamento das ações planejadas. Apontou que os ministérios do Desenvolvimento Regional, MEC e Ciência e Tecnologia são os mais avançados no diálogo sobre apoio ao programa. Reforçou que a pressão coletiva dos envolvidos pode ajudar na liberação de recursos para a economia solidária. Demonstrou interesse em retomar premiações do BNDES para boas práticas em economia solidária. Explicou que a carga horária de 40 horas foi definida para garantir uma remuneração adequada, mas que a bolsa não exige dedicação exclusiva, permitindo que os beneficiários continuem suas atividades em movimentos sociais e cooperativas. Sugeriu buscar parceria com a Fundacentro para viabilizar um seguro de vida para os agentes, mas alertou que a implementação pode ter desafios administrativos. Renata Studart discute a importância de manter critérios flexíveis nos editais para permitir maior inclusão territorial, evitando restrições que excluam potenciais participantes. Ela enfatiza a necessidade de uma estratégia de mobilização contínua e diálogo com os envolvidos, considerando a diversidade das regiões. Propõe a criação de um grupo para discutir territorialidade sem interferir na seleção, garantindo transparência e segurança no processo. Ela também aborda critérios de desempate, defendendo a valorização da experiência, mas destacando a importância de incluir pelo menos 20% de jovens no programa. Cita exemplos de exclusão de jovens em seleções anteriores e sugere estratégias para equilibrar participação entre juventude e experiência. **Alfredo Jairo** considerou o encontro positivo e ressaltou o aprendizado e fortalecimento da economia solidária. Destacou a necessidade de ampliar o acesso aos editais e disseminar melhor as informações. Enfatizou a importância dos próximos encontros, como o evento na Bahia em fevereiro e a capacitação de gestores municipais no Rio de Janeiro. **Vicente Neves** elogiou a apresentação e sugeriu utilizar o material como base para novos projetos. Destacou a importância dos agentes da economia solidária e da multiplicação do conhecimento. **Etiane Araldi** apontou frustrações com a pouca valorização dos cursos de formação no edital e defendeu maior reconhecimento dos alunos envolvidos. **Tatiana (SGPR)** sugeriu integrar a economia solidária às construções do programa "Minha Casa, Minha Vida Identidades", reforçando sua ligação com movimentos autogestionários. E valorizou o debate sobre a importância da participação social na construção dos editais e das políticas públicas. **Renata Studart** explicou os critérios de inclusão nos editais, destacando a necessidade de respeitar recortes sociais, como população negra, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis. **Gilberto Carvalho** destacou que há desafios a serem enfrentados, como a definição de critérios territoriais nos editais. Ele mencionou

898 que a renovação do Conselho precisa ser organizada antes de agosto do próximo ano. **Iracema Moura**
899 informou que a reunião dos comitês temáticos não ocorreu devido ao tempo. E explicou que os
900 conselheiros podem se inscrever em até dois comitês temáticos, e a composição será compartilhada
901 posteriormente. O calendário de reuniões será atualizado e enviado aos participantes. Haroldo
902 mencionou uma parceria para um serviço de streaming voltado à economia solidária. Foi
903 compartilhada uma reflexão poética sobre inclusão e justiça social. **Gilberto Carvalho** finalizou a
904 reunião reforçando a importância do trabalho coletivo e da continuidade dos debates. Agradeceu a
905 participação de todos e destacou que a pauta da regulamentação da economia solidária será trabalhada
906 em breve. Deu por encerrada a reunião com o Conselho Nacional de Economia Solidária. E para que
907 fique devidamente documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será
908 aprovada pelo Colegiado. Brasília, dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro.